



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.742 - DE 04 DE SETEMBRO DE 1991.

Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, o ferecer garantia e dá providências correlatas.

Dr. UBIRAJARA RESENDE MATTANA, Prefeito Municipal de Montenegro.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, em nome do Município de Montenegro, contratar e garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal-CEF, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - PRODURB, no valor de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) BTNs de fevereiro de 1991, atualizado pelo índice oficial a ser adotado pela Caixa Econômica Federal, destinado às obras de infra-estrutura no loteamento PROLURB e pavimentação e esgoto pluvial do Bairro São Paulo.

§ 1º - O prazo de carência para a execução das obras é de 30 (trinta) meses, enquanto que o prazo para amortização do principal é de 216 (duzentos e dezesseis) meses.

§ 2º - A taxa de juros é de 12% (doze por cento) ao ano, sendo que o saldo devedor reajustado mensalmente de acordo com o percentual de atualização das contas vinculadas do FGTS, e a taxa de risco de crédito de 1% (um por cento) sobre o valor dos desembolsos.

Art. 2º - Para a garantia da dívida e demais obrigações decorrentes do financiamento a ser contraído pelo Município, observa da a finalidade indicada no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a ceder e transferir para a CEF, em caráter irrevogável e irretratável, a quota-parte municipal do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, na forma da legislação em vigor. Em caso de insuficiência de parte dos depósitos bancários necessários para a quitação dos en

. . .



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Gabinete do Prefeito

.
cargos contratuais e ou, ainda, na hipótese de extinção dessa receita, a garantia será sub-rogada sobre os fundos tесе ou impostos que venham a substituí-las, durante o prazo de vigência do contrato de financiamento autorizado por esta Lei.

§ 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a nomear e constituir sua bastante procuradora a Caixa Econômica Federal - CEF, outorgando-lhe poderes irrevogáveis e irretratáveis, enquanto não liquidada a dívida, para que a garantia possa ser pronta e plenamente exeqüível, em caso de inadimplemento.

§ 2º - Os poderes neste artigo só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal - CEF na hipótese de o Município não efetuar, nos seus vencimentos, quaisquer pagamentos relativos às obrigações assumidas no financiamento a ser contraído.

Art. 3º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o financiamento, dotações suficientes ao pagamento das parcelas de amortização e encargos financeiros decorrentes do financiamento, bem como os valores necessários à contrapartida de recursos próprios no empreendimento.

Art. 4º - O Poder Executivo baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.

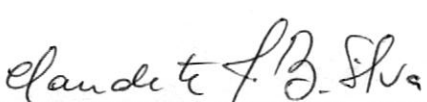
Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.692, de 21 de dezembro de 1990, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MONTENEGRO, 04 de setembro de 1991.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Data supra.

Dr.  UBIRAJARA RESENDE MATTANA,
Prefeito Municipal.


CLAUDETE MARIA BACKES DA SILVA,
Secretária-Geral.